

Mensagem da AEEL aos trabalhadores(as), à AGU, ao TCU, à PGFN e ao BNDES.

Nesse mês que se inicia com um dia dedicado a trabalhadores e trabalhadoras, a AEEL manifesta seu profundo respeito a todos os eletricitários, sindicalistas e trabalhadores do Brasil. Continuaremos na luta pela construção de um país mais justo, com respeito à dignidade do trabalho humano e do desenvolvimento econômico, social e inclusivo.

Gostaríamos de parabenizar a corajosa e progressista carta da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, de 28 de abril de 2023, que demonstra um compromisso com a paz no mundo, o combate à violência, a luta contra a precarização do trabalho e renda, as agressões à Casa Comum, a defesa dos povos originários, as desigualdades estruturais, a mineração predatória, dentre outras.

A carta faz uma crítica contundente ao modelo econômico cruel, injusto, desigual, ao “mercado financeiro”, aos juros abusivos e ao abismo social. Em relação ao dia do trabalhador a carta diz:

“Às vésperas do dia 1º de maio, saudamos os trabalhadores e as trabalhadoras de nosso País, com as palavras do Papa Francisco: “O mundo do trabalho é prioridade humana, é prioridade cristã, a partir de Jesus trabalhador. Onde há um trabalhador, ali há o olhar do amor do Senhor e da Igreja. Lugares de trabalho são lugares do povo de Deus” (Encontro com Trabalhadores em Gênova, Itália, 2017). Diante das mudanças do mundo do trabalho, percebemos que promessas de crescimento econômico, geração de empregos, melhores condições de trabalho, aumento de renda, redução da carga horária, mais tempo de descanso e convivência social, enfim, condições mais saudáveis de vida, continuam sendo desafios sem soluções. A crescente informalidade das relações trabalhistas reduz a segurança social e impede o acesso ao mínimo para a sobrevivência. O trabalho análogo à escravidão, presente em todo o território nacional, é uma chaga social que precisa ser energeticamente combatida pelos poderes constituídos e por toda a sociedade.”

A carta finaliza com uma mensagem de esperança, coragem e que sejamos semeadores da mudança, da solidariedade e da vida (para acesso a carta, [clique aqui](#)).

Aproveitamos o início de maio para reiterar os nossos pedidos aos seguintes agentes:

Advocacia Geral da União – pedimos que cumpra seu papel institucional de defesa do erário e que se manifeste formalmente em relação aos atos lesivos à União decorrente da esterilização do seu poder de voto no capital social da Eletrobras. Atos lesivos decorrentes da “pílula de veneno” que não foi regulamentada pelo Congresso, mas sim pela CPPI, pelos problemas crônicos de governança, conflitos de interesses, **direcionamento nas contratações do sindicato dos bancos, falta de transparência, ausência de estudos técnicos independentes, cancelamento de pregões eletrônicos em andamento** por conta da “tratoragem dos prazos”, dentre outros aspectos. Tendo em vista que não foi possível a AGU se manifestar no mês de abril, estamos convictos numa posição aguerrida e assertiva, ao longo do mês de maio, contra os abusos de poder econômico da privatização da Eletrobras com prejuízos para as atuais e futuras gerações, haja vista o cerceamento de atuação do Estado em relação a segurança energética.

Tribunal de Contas da União – pedimos que o TCU cumpra seu papel institucional de subsidiar o Legislativo em relação a fatos novos decorrentes da privatização da Eletrobras, seja em relação aos efeitos perversos da esterilização da União, dosimetria perversa das pílulas de veneno, correlação dos dividendos decorrentes de fraudes contábeis da Americanas recebidos pelos sócios da 3G Capital no mesmo horizonte temporal dos aportes da 3G na capitalização da Eletrobras (a fraude das Americanas propiciou recursos financeiros para a 3G que se posicionou na capitalização), usurpação de função pública com a Eletrobras “privada” sendo responsável pela gestão dos fundos regionais associados à privatização o que irá permitir o acesso a mais de R\$ 850 milhões/ano para fazer lobby com parlamentares da Câmara, Senado, governos estaduais e municipais, dentre outros aspectos.

O TCU deveria cobrar a ANEEL e o MME pelos estudos inconsistentes de impacto tarifário, uma vez que a falaciosa premissa de neutralidade tarifária induziu o legislativo ao erro.

Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – pedimos que a PGFN cumpra seu papel institucional de representar a União nos conselhos em que ela tiver participação relevante, como é o caso da Eletrobras. Desta forma a PGFN deveria entrar na CVM contra a postergação do mandato dos atuais conselheiros até 2025 e somar esforços à AGU para lutar contra os atos lesivos da privatização aos bens e direitos da União.

A esterilização das ações da União com direito a voto é uma afronta à lógica de funcionamento das sociedades anônimas e ao mercado de capitais, que vilipendia os bens e direitos da União para as atuais e futuras gerações. A União detém cerca de 43% das ações ordinárias com direito a voto, mas seu voto no dia a dia é limitado a 10% do capital votante, o que faz com que a União tenha 1 ação para cada 0,23 votos, enquanto qualquer acionista com até 10% de ações ordinárias tenha 1 ação para cada 1 voto. Ou seja, a União é realmente uma acionista de “quarta categoria” (seu voto vale $\frac{1}{4}$ o dos outros acionistas nacionais e estrangeiros, muitos deles ligados a diversos países). O paradoxo do estatuto social em tela é que no caso de uma recuperação judicial da Eletrobras (como o ocorrido com as fraudes contábeis das Americanas que causou um rombo de R\$ 46 bilhões a diversos credores), a União não responde apenas com o limite do seu voto (10%) e sim pela integralidade da sua posição acionária (43%). Trocando em miúdos, a União é a “rainha da Inglaterra” na hora de votar é a maior “devedora” num caso de uma recuperação judicial, síntese de um “capitalismo de rapina”. Trata-se de um ato lesivo ao erário que se amplifica a cada reunião do Conselho de Administração, a cada aprovação de relatório trimestral, a cada ato de gestão.

Ademais, a PGFN deveria investigar se a União presta garantias na extensão da sua participação acionária, o que mostra uma disfuncionalidade relativa à convivência de uma empresa privada com garantias ou contragarantias ofertadas pela União, na proporção de um capital que sequer ela tem direito a voto.

BNDES – o BNDES deveria avaliar os abusos técnicos e de governança da gestão Montezano em relação à privatização da Eletrobras uma vez que o banco contratou o consórcio para fazer o valuation da Eletrobras, sem transparência na licitação, de forma direcionada e que resultou na presença do Banco Genial no consórcio, o mesmo banco que representava a época 5% das ações preferenciais da Eletrobras, um caso clássico e cabal de conflito de interesses e acesso privilegiado a *insider information*.

Além disso, o BNDES, de forma equivocada, mal orientado, acabou agindo sobre pressão do governo na época, sendo o estruturador da operação, aceitou que a Eletrobras contratasse de forma direcionada os *bookrunners* e coordenadores líderes da privatização, a saber Bank of America, BTG Pactual Goldman Sachs, Itaú BBA e XP Investimentos (coordenadores líderes) e Bradesco BBI, Caixa Econômica Federal, Citi, Credit Suisse, JP Morgan, Morgan Stanley e Safra (*bookrunners*), mesmo que no site da FEBRABAN seja possível ver mais de 150 instituições bancárias atuantes no país.

A quebra do Credit Suisse mostra os riscos de ações direcionadas em processos societários desta natureza.

A parceria da diretoria do BNDES com a diretoria da Eletrobras em relação a operação de "*follow on*", resultou numa "espécie de banquete de amigos" numa operação que ainda contaria com a captação através do FGTS e acesso "vip" a esta "carteira" de clientes.

Por fim, manifestamos nosso apoio ao presidente Lula que não esconde a sua indignação pública com relação à privatização da Eletrobras e a forma como a União foi vilipendiada, com muitas decisões relevantes sendo tomadas depois que o processo passou pelas Casas Legislativas, sem o conhecimento e manifestação dos representantes da sociedade (como os preços de referência da modelagem de capitalização, dosimetria das pílulas de veneno e condução do processo de capitalização).

Pedimos ao TCU, PGFN, AGU e BNDES que se posicionem, ao longo de maio, sobre o tema, no Brasil e no exterior, uma vez que, diferentemente dos lavajatistas e bolsonaristas, a AEEL zela pelo funcionamento e primazia da ação de instituições relevantes do Estado Democrático de Direito e tem o direito de cobrar um posicionamento formal, sobretudo após as falas do presidente Lula ficarem registradas nos relatórios da Eletrobras arquivados em Nova York (formulário 20F).

Compartilhe esse informe com os colegas!

Juntos somos sempre mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE ([links nos logos abaixo](#)).

A diretoria, 3 de maio de 2023.

Associação dos Empregados da Eletrobras - AEEL

